Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1665/XIII/3.ª

RECOMENDA AO GOVERNO A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DECORRENTES DAS MONOCULTURAS INTENSIVAS E SUPERINTENSIVAS

Na agricultura portuguesa, 19% das explorações têm menos de 1 hectare e 52,4% têm entre 1 e 5 ha. O que significa que 71,4% das explorações agrícolas têm menos de 5 ha, muitas delas com características de agricultura familiar. Por outro lado, apenas 2,4% das explorações agrícolas exploram 58% da SAU.

Contudo, ao longo destas 3 décadas de integração na PAC, nunca tivemos uma política com medidas adequadas à agricultura familiar.

Por outro lado, acabaram com os Serviços de Extensão Rural, encerraram Serviços de apoio técnico e informativo do Ministério da Agricultura ao nível local, transferiram um conjunto de serviços para as organizações de produtores, cooperativas e associações, mas sem lhes darem os correspondentes apoios financeiros ao seu funcionamento.

No entanto, têm sido os grandes proprietários do Alentejo e do Ribatejo a receber a maior fatia dos apoios comunitários, no âmbito do PDR.

Tal tem levado, além da concentração da propriedade, ao desenvolvimento quase descontrolado de culturas intensivas e superintensivas, nalguns casos provocando fortes danos ambientais.

Por outro lado, o estabelecimento de largas áreas mono espécie, como no caso dos olivais intensivos, vai provocando o desaparecimento de flora autóctone e de habitats da fauna que vai resistindo.

Além disto, o súbito aparecimento de explorações com elevada necessidade de mão-de-obra, provocou um grande afluxo de imigrantes que, em vez de serem dignamente acolhidos - como deveria acontecer -, são muitas vezes vítimas de sobreexploração e condições indignas de alojamento e de vida.

Uma Moção aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Odemira, em fevereiro de 2016, caracteriza esse quadro de forma lapidar: "Assiste-se a um crescimento de áreas de agricultura intensiva não consentâneo com a qualidade e desenvolvimento que este concelho exige, pois este "boom" agrícola criou novos dilemas de caris social, ambiental, de segurança, de habitação, na paisagem, na gestão de resíduos ou nas acessibilidades para s quais as entidades públicas e as próprias empresas já não têm resposta".

De certa forma, este crescimento incontrolado de monoculturas intensivas e superintensivas é o reverso do atrofiamento a que tem estado sujeita a agricultura familiar, no desenho das medidas de apoio enquadradas pela PAC , no nosso país

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 - Promova um amplo debate em toda a sociedade portuguesa, no âmbito do processo em curso de revisão da PAC sobre a definição dos principais objetivos e medidas de uma política agrícola e alimentar para Portugal;

2 – Estabeleça, de forma participada, critérios para a regionalização dos financiamentos da PAC, por forma a garantir uma repartição mais justa dos apoios, atendendo à grande prevalência e potencial da agricultura familiar;

3 – Pondere os *impactes* ambientais negativos decorrentes das monoculturas intensivas e superintensivas, limitando os financiamentos públicos;

4 – Intervenha para, em articulação com as autarquias locais, garantir condições laborais, de habitação e de vida dignas aos trabalhadores das explorações agrícolas, nomeadamente aos trabalhadores imigrantes.

Assembleia da República, 30 de maio de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,